

MARIA CHRISTINA BARREIROS

TRIBUTÁRIO

CADERNO DE TREINO DE PEÇAS PROCESSUAIS

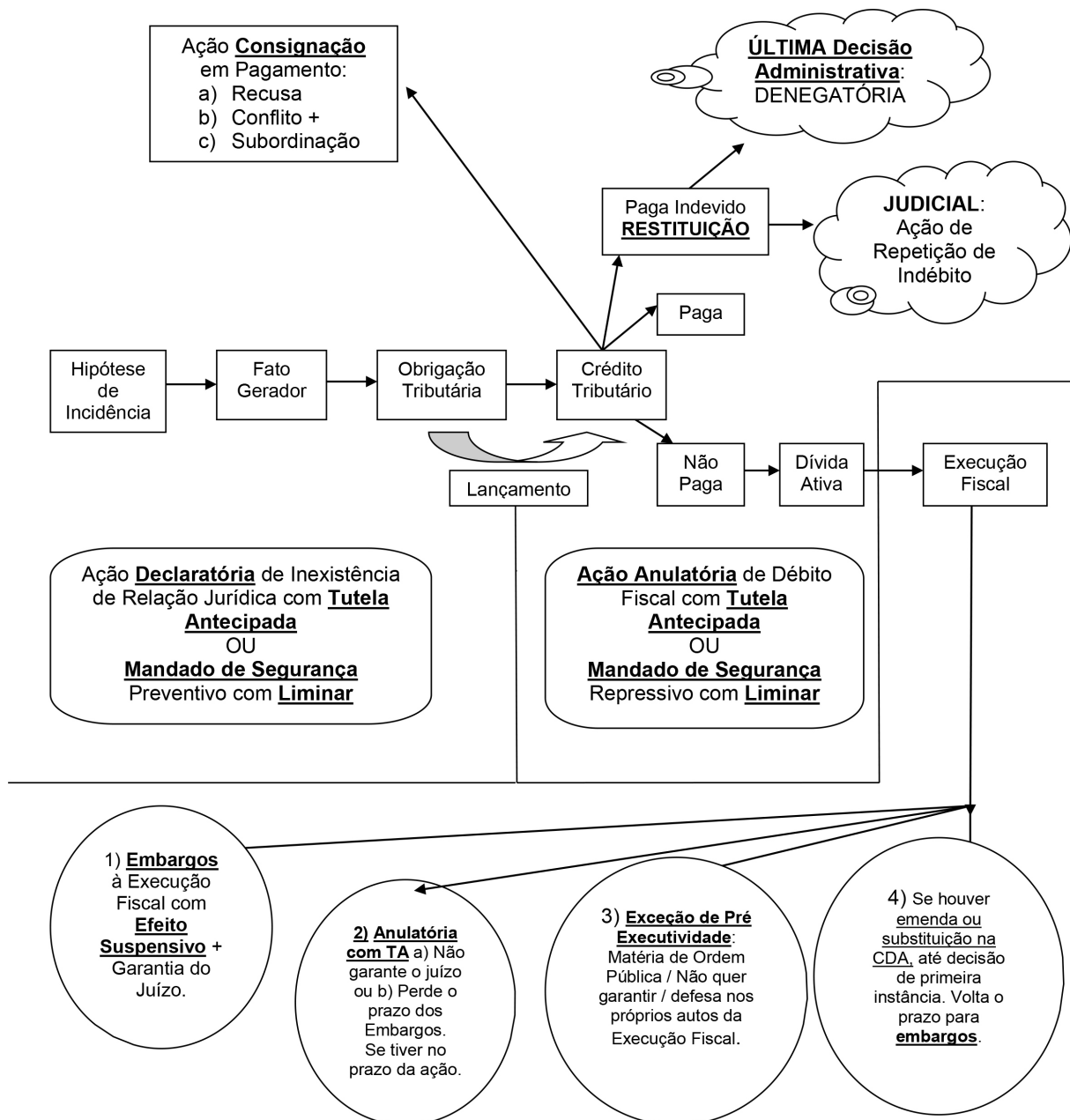
2025

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

4^a revista
edição atualizada
ampliada

Estrutura das Iniciais

IDENTIFICAÇÃO DE PEÇAS EM TRIBUTÁRIO



Capítulo 01 – Estrutura das Iniciais

Ao pensar em desenvolver uma inicial, seja ela qual for, devemos ter em mente uma estrutura básica e simples que pode ser aplicada a qualquer peça.

Especificamente em direito tributário temos seis iniciais do contribuinte contra o fisco e duas iniciais do fisco contra o contribuinte e, todas seguem o mesmo padrão, assim como a contestação e a exceção de pré-executividade que não são iniciais, mas possuem a mesma estrutura que será utilizada inclusive para os recursos.

Como esse método prático utilizamos como base o artigo 319 do CPC que nos traz um esqueleto básico para toda e qualquer petição e não apenas a inicial.

Art. 319 do CPC: A petição inicial indicará:

I) o juízo a que é dirigida;

II) os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV) o pedido com as suas especificações;

V) o valor da causa;

VI) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII) a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º) Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º) A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º) A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Para uma melhor compreensão desenvolvemos uma estrutura de onze tópicos que podem ser adaptadas para todas as peças prático profissionais.

* ESQUELETO DAS PEÇAS:

1. Endereçamento
2. Qualificação da parte Autora / Impetrante / Embargante / Excipiente / Apelante / Agravante / Recorrente + ADVOGADO
3. Fundamento da PEÇA
4. Nome da Ação
5. Qualificação da parte RÉ / Autoridade Coatora / Embargado / Excepto / Apelado / Agravado / Recorrido
6. Dos Fatos
7. Cabimento / Tempestividade
8. Preliminar de Mérito – quando houver.
9. Tutela provisória / Liminar / Garantia do Juízo / Efeito Suspensivo / Depósito...
10. Fundamentação Jurídica específica de cada caso.
11. Pedidos.

Passaremos a analisar cada um dos itens que compõem o esqueleto de cada uma das peças.

1. ENDEREÇAMENTO

O primeiro tópico de qualquer petição será sempre o endereçamento previsto no art. 319, I, do CPC, que dispõe:

Art. 319, I, do CPC: o juízo a que é dirigida.

1.1. Regra

O endereçamento, como regra, é definido pela natureza do tributo se federal, estadual, distrital ou municipal.

1.1.1. Tributos federais

No caso de tributos federais tais quais os previstos nos artigos 153 e 154 da Constituição (impostos federais), no artigo 148 da CF (Empréstimo Compulsório) e nos artigos 149 e 195 da Constituição (Contribuição Sociais) o correto é endereçar sua peça para justiça federal.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

1.1.2. Tributos estaduais, municipais ou distritais

No caso de tributos estaduais, municipais e/ou distritais (arts. 149, § 1º, 149-A, 155, 156 e 156-A da CF) o correto é endereçar sua peça para justiça estadual.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara de Fazenda Pública da Comarca do Município do Estado.

⊙ **ATENÇÃO:**

Vale deixar claro que o comando da questão do exame de ordem prevalece sobre qualquer situação. Senão, vejamos:

- a) Se o comando da prova trazer em sua redação "... município de Varginha", o aluno deverá endereçar: "Ao juízo da ... vara de fazenda pública da comarca do município de Varginha do Estado".

O aluno não poderá presumir que Varginha está dentro do estado de Minas Gerais.

- b) Da mesma forma, se o comando da prova trazer em sua redação "... estado do Rio de Janeiro", o aluno deverá endereçar: "Ao juízo da ... vara de fazenda pública da comarca do município do Estado do Rio de Janeiro", sem presumir qualquer informação não fornecida no comando da questão.

- c) Vamos supor que o comando disponha que no estado é composto por uma "vara única", o aluno deverá endereçar: "Ao juízo da vara única da comarca do município do Estado".

1.2. Exceções

Existem alguns casos que necessitam de extrema atenção na hora da prova.

1.2.1. Empresas Públicas

a) Empresa Pública Federal:

As causas em que uma empresa pública federal sejam autoras, rés ou tenham interesse na causa devem necessariamente ser julgados na justiça federal conforme preceitua o artigo 109, I, da Constituição, independentemente da natureza do tributo. Senão vejamos:

Art. 109 da CF: Aos juízes federais compete processar e julgar:

I) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Deste modo, mesmo que o tributo seja estadual, distrital ou municipal se no polo ativo ou passivo da ação estiver uma Empresa Pública Federal a ação deverá tramitar na justiça federal.

Exemplo: Empresa Pública Federal X IPVA (estadual): Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

Exemplo: Empresa Pública Federal X IPTU (municipal): Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

⊙ **ATENÇÃO:**

A Reforma Tributária positivou no artigo 150 § 2º da Constituição a imunidade recíproca a Empresa de Correios e Telégrafos.

Da mesma forma como ocorreu no 7º Exame de Ordem, vejamos o comando da peça: "A Administração Fazendária de determinado Estado, por entender que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT enquadra-se como contribuinte do IPVA..." tratava de um imposto estadual (IPVA) a ser cobrado dos Correios (Empresa Pública Federal) e, por este último motivo, a peça deveria ser endereçada para justiça federal (art. 109 I da CF).

b) Empresa Pública Estadual, Distrital ou Municipal:

Em contrapartida se a Empresa Pública for do Estado, DF ou Município as causas irão tramitar na justiça estadual, salvo se houver um tributo federal.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara de Fazenda Pública da Comarca do Município do Estado.

decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Exemplo: A certidão de dívida ativa deve ser anulada por omissão quanto ao nome do contribuinte, valor, origem do crédito, data de inscrição ou número do processo administrativo – arts. 202 (colocar o inciso correspondente) e 203, CTN.

Exemplo: O auto de infração deve ser anulado por omissão quanto ao nome do contribuinte, valor, origem do crédito, data de inscrição ou número do processo administrativo – arts. 142, 202 (colocar o inciso correspondente) e 203, CTN.

PARÓDIA – TESOIRO DA APROVAÇÃO - TCHAKABUM

“Vou te aprovar. Essa é a galera da OAB. Se ligue agora nessa nova turma, Fomos treinados na aula de marcação ooo 2º fase Cumprindo as normas da minha capitã Capitã Chris vem estudando com a galera Preliminar que é pura emoção, tópico 8 Decadência, prescrição Legitimidade de parte Nulidade CDA e do auto de infração E Vai te treinar, vai estudar Vai aprender para passar.	Decadência 173 Prescrição 174 legitimidade de parte CDA e auto de infração Treina pra lá, estuda pra cá Sacudiu tremeu, volte a estudar. Capitã mandou O aluno: Sim, senhor! Tópico 8 certidão negativa eu vou usar. Topico 9 positiva negativa vai ficar CDA, executou Segura Garantiu, embargou.
---	--

PARÓDIA – DANCE A DANÇA DA MÃOZINHA
Dance, A dança da mãozinha. e no final Vai da uma nulidadizinha Cinco quesitos de validade 202 do CTN preliminar vai começar Nome – INCISO I Valor – INCISO II Origem – INCISO III Data – INCISO IV Paf – INCISO V

8. PEDIDOS PROVISÓRIOS ESPECÍFICOS PARA CADA PEÇA

O nono tópico do esqueleto diz respeito aos pedidos provisórios específicos de cada peça.

8.1. Exemplo com Tutela Provisória Antecipada de Urgência Antecipada nas Ações Declaratória e Anulatória

Nos termos dos artigos 300 e 303 do CPC, mediante a comprovação da fumaça do bom direito (justificar com o direito material do tópico 10 de cada peça) e do perigo da demora pois incidirá juros e multa.

Requer o deferimento da tutela para suspender a exigibilidade do crédito, ao final confirmar e expedir certidão positiva com efeito de negativa – arts. 151, V e 206 do CTN.

8.2. Exemplo com Liminar em Mandado de Segurança

Nos termos do art. 7º, III, da Lei 12.106/09, mediante a comprovação da fumaça do bom direito (justificar com o direito material do tópico 10 de cada peça) e do perigo da demora pois incidirá juros e multa.

Requer o deferimento da liminar para suspender a exigibilidade do crédito, ao final confirmar e expedir certidão positiva com efeito de negativa – arts. 151, IV, e 206 do CTN.

8.3. Exemplo com Efeito Suspensivo nos Embargos à Execução Fiscal

Nos termos do art. 919, § 1º, do CPC, mediante a comprovação da fumaça do bom direito (justificar com o direito material do tópico 10 de cada peça) e do perigo da demora pois incidirá juros e multa.

Requer o deferimento do efeito suspensivo para suspender a execução, ao final confirmar e expedir certidão positiva com efeito de negativa – art. 206 do CTN.

8.4. Exemplo com Depósito na Consignação

Que seja autorizado o depósito do montante integral e em dinheiro no prazo de 5 dias para suspender a exigibilidade do crédito, ao final confirmar e expedir certidão positiva com efeito de negativa (art. 151, II, do CTN, art. 542, I, do CPC, súmula 112 do STJ e art. 206 do CTN).

Capítulo 02 – Iniciais e Petições Incidentais em Direito Tributário

O direito processual tributário se subdivide basicamente em ações do contribuinte contra o fisco e do fisco contra o contribuinte.

Na primeira situação, ações do contribuinte contra o fisco temos: declaratória, anulatória, mandado de segurança individual e coletivo, repetição de indébito e cumuladas, ação de consignação em pagamento, embargos à execução fiscal.

No segundo caso, ações do fisco contra o contribuinte temos: ação de execução fiscal e medida cautelar fiscal.

Vale destacar que o contribuinte também poderá apresentar exceção de pré executividade apresentada tão somente como peça incidental dentro da execução fiscal para alegar matéria de ordem pública.

Diante dessas considerações iniciais passaremos a estudar cada uma das ações de forma individual e sua redação do início ao fim.

1. QUADRO PARA DIFERENCIAR AS AÇÕES DECLARATÓRIA, ANULATÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO E REPRESSIVO

	Declaratória	Anulatória	MS Preventivo	MS Repressivo
Antes do Lançamento	OK	--	OK	--
Após o lançamento	--	Ok	--	OK
Medida mais célere (mais ágil)	OK	OK	OK	OK
Prova meramente documental (Sem produção de provas) Provas Pré-constituídas	OK	OK	OK	OK

	Declaratória	Anulatória	MS Preventivo	MS Repressivo
Passou – de 120 dias	OK	OK	OK	OK
Passou + de 120 dias	OK	OK	OK	--
Remédio Constitucional	--	--	OK	Ok
Necessidade de dilação probatória (Produção de Provas)	OK	OK	--	--
Não há condenação em honorário advocatícios (sucumbenciais) (menor ônus possível)	--	--	OK	OK

MODELO DE REDAÇÃO DA PEÇA:

1	AO JUÍZO DA ... VARA FEDERAL DA SEÇÃO
2	OU SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO ALFA.
3	Empresa Pública Federal, exploradora da atividade econômica,
4	pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº..., inscrição estadual nº
5	..., e-mail, por meio de seu representante legal, com sede na ..., devi-
6	damente representada por seu advogado legalmente constituída om
7	procuração nos autos do processo e escritório profissional localizado
8	na... onde receberá as intimações, requer a Vossa Excelência com fun-
9	damento no artigo 19, I, do CPC e artigos 300 e 303 do CPC ajuizar
10	AÇÃO DECLARATÓRIA DE
11	INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA
12	COM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA
13	em face do Município Delta, pessoa jurídica de direito público interno, na
14	pessoa de seu representante legal, como domicílio no local de sua repartição,
15	pelos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir serão expostos.
16	I) DOS FATOS
17	O Prefeito do Município Delta do estado Alfa publicou em
18	20/07/2030 o Decreto nº 1234 determinando o aumento da alíquota
19	de seu IPTU. Em seu texto está descrito que o referido aumento passaria
20	a produzir efeitos na data da publicação da norma. O ato foi publicado
21	na mídia local provocando diversos protestos entre os moradores da
22	região. A Empresa Pública Federal, exploradora da atividade econô-
23	mica, com sede principal localizada na referida municipalidade, lhe
24	procurou na qualidade de advogado para redigir a ação cabível para
25	defesa de seus interesses com necessidade de dilação probatória.
26	II) DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE
27	A presente ação é cabível pois não houve lançamento e se faz ne-
28	cessário a produção de provas (art. 19, I, do CPC) sendo tempestiva
29	por ter sido apresentada em 5 anos.
30	III) DA TUTELA